

SESSÕES DO PLENÁRIO

114ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 22 de novembro de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (3º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(59)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Luciano Ribeiro comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 16/11/2016.

Do Deputado Paulo Câmara comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 26/10/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

O primeiro orador inscrito é este deputado que ora preside a sessão. Então, vou chamar o segundo orador inscrito, deputado Alex Lima, do PTN. Esse PTN moderno, PTN renovado, PTN com novas ideias.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, funcionários da Assembleia, hoje venho a esta tribuna tratar do anúncio feito pelo Banco do Brasil de fechamento de diversas agências em todo o País, sendo o total de 12 agências aqui no Estado da Bahia.

E eu me pergunto, deputada Fabíola, qual é o limite das instituições financeiras do nosso País? Será possível, presidente Carlos Geilson, que os bancos acham que ganham pouco às custas de juros absurdos, abusivos? Somos o país onde as instituições bancárias mais lucram, onde, inclusive, bancos com capital público, a exemplo do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, têm lucros de mais de bilhões e prestam um serviço extremamente limitado, sem nenhuma responsabilidade ou com muito pouca responsabilidade social. Venho aqui para retratar e registrar a minha revolta, o meu protesto, a minha crítica com o Banco do Brasil.

Ora, nós precisamos enxergar esse País muito além dos números frios da economia, muito além do tal “estado mínimo”, muito além de um capitalismo selvagem, que tem ao longo do tempo construído sociedades tão desiguais.

Portanto, eu quero fazer um apelo, enquanto deputado estadual, para que a presidência do Banco do Brasil, deputado Bira Corôa, possa rever, aqui no nosso Estado, a decisão, deputado Pedro Tavares, de fechar 12 agências em cidades baianas.

Talvez, os magnatas burocráticos do governo não saibam a importância que tem uma agência bancária do Banco do Brasil na cidade de Aporá, por exemplo. Eles não sabem o quanto é importante para aquelas pessoas mais carentes terem acesso a crédito, ao seu Pronaf, à abertura da sua conta, além de todo o progresso que é gerado, onde as pessoas das cidades e distritos vizinhos podem utilizar os serviços bancários e lá fazem as suas refeições, gastam o dinheiro e ajudam a fomentar a economia dessas cidades tão sofridas do nosso Estado. Fiquei extremamente preocupado em ver um banco público – apesar de ser uma sociedade mista, mas é um banco público – ser tão cruel, tão frio e tão selvagem a tomar suas decisões.

Por isso, Sr. Presidente, fica aqui o nosso protesto, a nossa manifestação contrária a uma decisão unilateral de um banco que deveria ter uma preocupação muito maior com a população deste Estado, sobretudo da população mais carente que precisa e depende desse serviço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Alex Lima. Com a palavra o nobre deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, deputado Carlos Geilson, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, eu, em primeiro lugar, utilizo esse pequeno expediente para mais uma vez destacar a importância do Novembro Negro, o novembro da consciência para a Bahia e para o Brasil. E, em especial, para o povo negro.

No dia 20 passado, celebramos na Bahia e no Brasil e, outrossim, no mundo a marca do herói nacional Zumbi dos Palmares, que se configurou e configura como símbolo da resistência, da dignidade, do respeito, da coragem e da proposição de uma sociedade mais livre, mais igualitária, onde homens e mulheres, independentemente da epiderme, sejam igualmente reconhecidos e tenham acesso e direitos.

Por isso, aproveito para parabenizar os segmentos da sociedade baiana que no dia 20 foram às ruas, nas duas grandes marchas contra a intolerância e o racismo, e reafirmaram a importância desse dia e desse momento que vive o Brasil.

Mas também, Sr. Presidente, não poderia deixar de me pronunciar em relação aos fatos mais recentes ocorridos, quando um senador da República, o braço direito do governo golpista, posa de paladino da moralidade no Estado e no País. E ora a sociedade brasileira é surpreendida com mais um golpe. Porque, na realidade, a passagem que está sendo retratada na defesa incisiva que ele faz do empreendimento contrário a todos os princípios ambientais, contrário a uma instituição que tem demonstrado seriedade e respeito ao patrimônio nacional... e ele simplesmente utiliza do seu bom senso para aconselhar.

Quem conhece Geddel Vieira Lima sabe que o aconselhamento dele é nada mais nada menos que uma grande tempestade, um trovão, para não dizer um grande atropelo. E a prova desse atropelo é a situação em que o ministro da Cultura se colocou. Teve que pedir afastamento do cargo, exatamente para não ceder às pressões que ele estava implementando.

Quero chamar a atenção desta Casa, da sociedade, do Ministério Público Federal de que isso tem que ser investigado, porque, com certeza, esse empreendimento não é fruto da compra direta do senador. É parte de um grande esquema montado para a defesa que fez do empreendimento. E não é o primeiro momento em que ele interfere para favorecer a um empreendimento: são três. Consequentemente, a posição por ele tomada e a exposição dada ao fato não são de quem apenas está defendendo uma ação legal, moral e de respeito. O argumento, inclusive, utilizado de desemprego é paupérrimo, quando ele está lá, atestando nas reformas do governo que representa, a maior escalada de desemprego já vivida nesse País.

O governo está implementando uma recessão socioeconômica com as reformas, com a PEC, com a MP, entre outras medidas que esse governo vem tomando que depõem contra o povo brasileiro, contra os avanços sociais, que rasgam a nossa Constituição e oprimem cada vez mais os setores menos favorecidos dessa nossa sociedade. Que os digam os jovens estudantes que ora estão ocupando as escolas públicas deste Estado e deste País em um justo protesto contra a ação da reforma

mambembe e sectária que está sendo implementada no Ensino Médio e contra uma PEC que paralisa socioeconomicamente o País durante 20 anos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- Para concluir, Sr. Presidente, quero aqui dizer que há a necessidade de ser apurado. E a posição tomada pelo presidente Temer não nos deixa dúvidas de que ele está envolvido nesse grande esquema de favorecimento às empresas para benefícios.

Deixo aqui o desafio de que esse empreendimento seja averiguado...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) e que, com certeza, Geddel possa provar a aquisição, com a condição de compra do imóvel citado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, nobre deputado Bira Corôa.

Com a palavra o nobre deputado Targino Machado, coração dividido entre São Gonçalo e Feira de Santana.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores da imprensa, ninguém nas Galerias Paulo Jackson, o que é uma pena, porque esta é a Casa do Povo, senhores funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, chego a esta tribuna ainda sentindo o calor das palavras, da emoção do deputado Bira Corôa, num esforço verbal hercúleo para trazer denúncias a esta Casa, que, tenho certeza, não ficarão sem resposta.

Mas, seguindo o rastro de V.Ex^a, deputado Bira Corôa, quero dizer que volto a esta tribuna para falar sobre a nomeação do ex-governador Jaques Wagner, para falar da queda de braço entre os adeptos de Rui e os adeptos e seguidores de Jaques Wagner. O governador Rui Costa cedeu e nomeou o ex-governador Jaques Wagner e colocou o seu governo de cócoras. Não é possível que se nomeie o ex-governador Jaques Wagner ou que se nomeie alguém investigado para ocupar um cargo do governo. Será que estamos esquecidos, deputado Bira Corôa, que o ex-governador Jaques Wagner está multiplamente citado na Lava Jato? Será que estamos esquecidos, Sr. Presidente Carlos Geilson, que o ex-governador Jaques Wagner foi citado até no livro “Glória e Vergonha: memórias de um consultor de crises”, escrito pelo consultor político e empresarial Mário Rosa, onde ele conta algumas histórias, algumas facetas da sociedade, notadamente da classe política brasileira? Em outro episódio curioso, ele diz o seguinte: “Presenciei em um jantar com o recém-eleito governador da Bahia Jaques Wagner com o então presidente do Barcelona Sandro Rosell e Ronaldinho Gaúcho” - olhem a desfaçatez - “Jaques Wagner se encantou com o relógio de Rosell e não refugou, não rejeitou quando o presidente do Barcelona lhe ofereceu de presente o relógio que trazia no braço.” Um cidadão desse não tem envergadura moral para dirigir nada.

Além disso, desses presentes vultosos recebidos pelo ex-governador, tem aqui que o dono da UTC deu 6,8 mil reais em vinhos de presente a Wagner. O ex-

governador deve estar com saudades daqueles tempos em que recebia presentes. Cada garrafa de vinho custava 2 mil e 59 reais, e a sua assessoria informou que ele não tem registro dos presentes e nem se recorda desses vinhos. O vinho bebido é o vinho esquecido.

Será que a Bahia merece estar exposta deste jeito? Quais serão os próximos presentes que o ex-governador Jaques Wagner haverá de receber? Tomara que não seja da parte de Sérgio Moro mandando uma passagem de ida para Curitiba.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Euclides Fernandes. V.Ex^a dispõe de até 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, diferentemente do que pensa o deputado Targino Machado, considero o ex-governador Jaques Wagner uma grande liderança do Brasil. Um político de espírito público, acima de tudo, probo, e que fez uma revolução na política baiana, acima de tudo. E o povo da Bahia demonstrou o seu reconhecimento na figura do político Jaques Wagner não só na primeira eleição, naquele momento em que ele foi pela primeira vez governador do Estado da Bahia, mas houve uma demonstração clara do reconhecimento do povo baiano na sua reeleição, quando ganhou no primeiro turno, demonstrando os aplausos do povo baiano a esse grande homem público, o ex-governador Jaques Wagner.

E ainda, Sr. Presidente, meu caro deputado Targino Machado, que desceu desta tribuna depois de dizer muitas palavras não verdadeiras a respeito do nosso querido líder, o ex-governador Jaques Wagner, e a demonstração maior e inequívoca do reconhecimento do trabalho de gestão, do trabalho político que o ex-governador Jaques Wagner fez para a Bahia, quando ele ganhou ao apontar o seu sucessor em que a oposição achava que seria moleza, que iria ganhar as eleições no primeiro turno, quando apontou e elegeu Rui Costa já no primeiro turno.

Então, meu caro Targino e meus caros deputados estaduais que formam a Bancada de Oposição, Jaques Wagner é esse político que conquistou a Bahia, adentrou também em nível do nosso Brasil quando assumiu cargos importantes da República Federativa do Brasil, foi ministro do Trabalho, ministro da Defesa, cumpriu missões no governo federal com bastante competência e habilidade acima de tudo.

Senhor Presidente, Srs. Deputados, me inscrevi não para falar deste grande homem público Jaques Wagner, fui forçado pela fala do grande deputado de Oposição Targino Machado, vim mais para criticar a falta de ação por parte desta Casa das Leis, das lideranças da Maioria e Minoria, do presidente da Casa, no caso da falta de respeito que tem o governo do Estado para com o direito consagrado na Constituição do Estado da Bahia, que é exatamente a emenda impositiva que hoje está no valor de 1 milhão e 400 mil. Não há, verdadeiramente, esse respeito. Existe a omissão desta Casa na defesa do que é de direito para o exercício do mandato dos deputados

estaduais, a omissão do deputado Zé Neto, Líder da Maioria, do meu amigo, apesar de líder da Minoria e da Oposição, mas era para buscar também que fosse respeitada a liberação dessa emenda por parte do Executivo, e dos 63 deputados.

Os deputados não tiveram liberadas as suas emendas no Orçamento de 2014, no Orçamento de 2015. Já em 2016, recebemos uma planilha para essas emendas impositivas, de maneira que não dá liberdade ao deputado para que ele possa dirigir as suas emendas, de acordo com a sua vontade política, para os municípios dos quais ele detém a sua representação política.

Vou concluir, Sr. Presidente, tinha muito mais para falar, mas V.Ex^a insiste que eu cumpra o horário. Atendendo a V.Ex^a, deixo a tribuna.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a tinha tempo para falar, mas usou boa parte do tempo para fazer elogios ao ex-governador Jaques Wagner.

Deputada Luiza Maia, V.Ex^a está inscrita, mas agora quem iria usar da palavra é o deputado Hildécio Meireles. Eu sou o primeiro orador inscrito e estou cedendo o meu tempo para ele. Só que, em atenção a uma dama na tribuna, jamais ousaria contrariá-la sabendo que ouviremos um belíssimo discurso.

Com a palavra V.Ex^a.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, apesar das suas encencas para o meu lado, eu gostaria de saudar a todos, a nossa querida presidente aí da Comissão dos Direitos da Mulher, que esteve do outro lado do mundo - quero que tenha trazido novidades pra gente -, e os outros que nos acompanham.

Subo à tribuna para falar de três assuntos, mas a fala do deputado Targino - cadê ele? - me inspirou a mudar um pouco o rumo da minha conversa aqui, porque falar que Jaques Wagner foi delatado, foi denunciado na Lava-Jato?! E Aécio Neves?! E Temer?! E 15 ministros que...

(O deputado Targino Machado fala fora do microfone.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Você tem, sim. São seus parceiros.

Então, acho que o debate não é por aí, não, deputado. O debate não é esse. O que está acontecendo é que a vinda do ex-governador para assumir um espaço no governo está incomodando e já amedrontando.

Então, quero somente dizer ao senhor que o discurso, o debate não é esse. O Brasil hoje toma consciência da parcialidade de parcela da Justiça, da perseguição a esse ou àquele. Não preciso nem dizer o nome. Não é dessa forma! Acho que a contribuição que o ex-governador Wagner vem dar ao nosso município depois que deram o golpe na nossa presidenta é fundamental. Se a Oposição está se incomodando com isso, se prepare, porque realmente ele é capaz e inteligente. Ganhou duas eleições no Primeiro Turno e contribuiu para a eleição do nosso governador Rui Costa, que tem feito um trabalho excelente.

Mas sabemos que a disputa é assim mesmo. É natural. Vamos fazer a disputa das ideias. Das acusações baratas, não, porque, se for por aí, faremos o mesmo com as denúncias que estão aí em torno do seu ministro Geddel. Eu acho que ele também precisa ser investigado, porque o Sr. Moro e parte do Judiciário só dão ouvidos para determinadas denúncias, enquanto pra outras fazem ouvidos de mercador. Isso não é democracia!

Estou muito preocupada, deputada Fabíola Mansur. Estamos quase vivendo num estado de exceção, porque o que atualmente tem acontecido neste País, com as posturas, as PECs e as emendas à nossa Constituição sendo encaminhadas pelo governo federal, não é coisa de Deus. Nós não podemos aceitar isso!

A juventude que hoje ocupa as escolas do Brasil está tomando consciência de que não pode ser daquela forma. Isso a mídia não diz, ninguém fala! Porém estamos vendo aí a força da nossa juventude reagindo à investida da Direita, das elites brasileiras, que querem tomar, pegar toda a nossa riqueza novamente para concentrá-la na mão de poucos, principalmente daqueles aliados ao capital internacional financeiro.

Eu me lembro de que na semana passada - não sei se a senhora acompanhou uma matéria do jornal - a missão do FMI estava vindo para cá analisar as dívidas do Estado, deputado Geilson. Nós lembramos quando o Fundo Monetário Internacional mandava no País, não lembramos. De 3 em 3 meses chegava lá em Brasília uma mulher toda arrumada para dizer que era pra fazer isso e aquilo, cortar isso e aquilo. Estado mínimo?! Cortar gastos do Estado?! Sabemos o que está por trás disso!

Por que eles não têm coragem de fazer uma auditoria da dívida pública?! Por que eles não têm coragem de taxar as grandes fortunas?! Quer dizer, num momento de crise deste sistema falido, o capitalista, querem botar a responsabilidade da crise no bolso e nas costas dos trabalhadores!

A sociedade brasileira precisa reagir! Nós mulheres, que temos uma história de luta neste País, principalmente depois da ditadura militar, e conquistamos muito, estamos vendo as ameaças a todas as nossas conquistas. Ou nos unimos e reagimos ou eles vão acabar com tudo, porque é o que estão fazendo. Vender o nosso Pré-Sal para empreendimentos e empresas norte-americanos, da forma como esse pessoal está fazendo?!

Então, o golpista do Temer precisa tomar essa consciência. Mas ele só tomará no dia em que cercarmos aquele Congresso, impedindo-o de entrar no Palácio do Planalto para continuar fazendo as atrocidades, as barbaridades e os absurdos que este governo dele tem feito, não é?!

Então, acho que chegar aqui pra fazer o discurso fácil do “Ah, foi delatado!” ... Hoje a sociedade brasileira já tem conhecimento da parcialidade e da postura nazista, fascista de parte da Justiça, principalmente a comandada pelo juiz Sérgio Moro, que se sente agora o “Deus” do Brasil para fazer o que ele quer.

Muito obrigada.

Olhe, ainda lhe dei aí 2 minutinhos... Dois segundinhos, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):-Parabéns! Parabéns! Pela primeira vez V.Ex^a foi regimental com o tempo.

(O deputado Targino Machado fala fora do microfone, pedindo questão de ordem.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado, use o microfone, por favor.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, só pra dar ciência à Casa de que demos entrada na Secretaria da Mesa, no dia de hoje, a uma Moção em que o deputado signatário Targino Machado, com amparo nas disposições regimentais, vem inserir nos Anais desta Assembleia Legislativa votos de congratulações pela vitória do desembargador Jatahy Fonseca Júnior, eleito como juiz efetivo do Tribunal Regional Eleitoral. Quero requerer de V.Ex^a que dê como lidos os meus votos de congratulações e que a Mesa Diretora dê ciência ao ilustre desembargador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Será feito, caro deputado Targino Machado. Com muito prazer, também entendemos que a Moção veio em boa hora e é justa.

O deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Funcionários e Funcionárias desta Casa, Srs. da Imprensa, senhoras e senhores que nos assistem pela *TV Assembleia*, eu fico aqui a me perguntar, com a afirmação da nobre deputada Luiza Maia, que disse que o presidente Temer nestes últimos 4, 5 meses tem cometido atrocidades no Palácio do Planalto, imaginem o PT, nestes últimos quase dez anos e meio, quantas atrocidades cometeu no Planalto, na sede da nossa capital?!

Ouvi neste Plenário o discurso do colega deputado Euclides Fernandes, meu caro deputado Zé Raimundo, e ele traz uma discussão muito importante para todos nós deputados: exatamente o problema da liberação ou não das nossas emendas parlamentares impositivas, como está dito na nossa Constituição Estadual.

E não precisa fazer muita coisa se a gente quiser que o governo libere essas nossas emendas. Basta que a Casa tome aqui a posição de que só vamos votar qualquer matéria de interesse do governo do Estado quando ele as liberar. Afinal de contas, é lei! Afinal de contas, isso está previsto na Constituição do nosso Estado!

Mas o que me traz a esta tribuna, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, é ainda querer falar, como ontem, da problemática da segurança pública estadual. Na nossa região, repito, nós temos um dos locais mais belos da Bahia: o Morro de São Paulo, no município de Cairu, um ponto turístico conhecido por todos os baianos, pelos brasileiros e inclusive no mundo inteiro. O Morro de São Paulo é onde talvez se tenha a maior colônia de italianos no litoral baiano.

O fato que ocorreu lá nos traz de forma clara o que é a ineficiência da segurança pública no nosso Estado, a ineficácia das autoridades policiais da nossa Bahia! E vejam que a Procuradoria mandou abrir inquérito para apurar o crime da estrangeira italiana ocorrido na semana passada, pois a mesma fora encontrada morta em sua residência. Mas a procuradoria que mandou apurar o fato não é nenhuma autoridade policial ou judicial brasileira. Esta autoridade é de Ragusa, cidade localizada na Sicília, Itália. Pois bem, esta autoridade mandou abrir inquérito para apurar a morte da turista italiana ocorrida em solo brasileiro, baiano, mais precisamente, em Morro de São Paulo.

A autoridade judiciária da Itália se achou no direito, meu caro presidente Carlos Geilson, de mandar abrir um inquérito para apurar um assassinato ocorrido em solo brasileiro. E há mais! O procurador, Dr. Carmelo Petraglia, disse que o objetivo do inquérito é ajudar a polícia local a realizar as investigações que não aconteceram ainda.

Então, a polícia italiana está dizendo que está mandando apurar um assassinato de uma turista italiana ocorrido em solo brasileiro, porque a polícia local, simplesmente, não tomou, ainda, nenhuma iniciativa.

Portanto este é um atestado de caráter internacional.

A nossa polícia e as nossas autoridades baianas não estão tratando a segurança pública com a seriedade que deviam. Ontem, eu falei da segurança pública em meu pronunciamento quando chamava a atenção das autoridades policiais do nosso Estado no sentido de ser necessário tomar alguma medida nos casos ocorridos em Morro de São Paulo como as mortes de uma italiana e de um argentino sob pena de que os consulados desses dois países tomariam as suas providências certamente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir deputado.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Concluirei, Sr. Presidente.

E vejam que, no caso da morte da turista italiana, a procuradoria jurídica da Itália já abriu inquérito para ajudar a investigar um crime ocorrido em solo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, isso é um absurdo! A gente chama, mais uma vez, a atenção das autoridades governamentais, sobretudo a atenção das autoridades da segurança pública em nosso Estado para tomarem as devidas providências com o intuito de que não volte a acontecer episódios como este.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos. V.Ex^a tem 5 minutos para proferir o seu discurso.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos os que nos assistem e nos ouvem pela *TV Assembleia*, subo a esta tribuna agora e o farei por diversas vezes enquanto estiver em pauta a votação da fatídica PEC nº 241, hoje PEC nº 55, no Senado.

Trata-se de uma inovação o austericídio que afronta a Constituição de 1988 em seus mais robustos pilares. Sai de cena o Estado de bem-estar social e, com a ilegitimidade deste governo, vem embutido um novo programa de diminuição do Estado brasileiro. Tal premissa será algo muito perverso.

Inclusive, reside uma série de contradições na justificativa ou na exposição de motivos desta proposta. E uma das contradições é a de que esta providência já partiu, outras vezes, de nações mais desenvolvidas pelo mundo afora. E isto não é verdadeiro! Ninguém jamais ousou colocar um garrote no crescimento do gasto público ou um garrote no crescimento do gasto primário do Estado nacional na direção dos benefícios sociais, na direção da previdência pública, na direção da saúde e na direção da educação.

Ora, ao congelar os gastos públicos, pela inflação do exercício financeiro do ano anterior, independente dos sucessivos crescimentos que, certamente depois de 2018, o Brasil experimentará, causará desequilíbrio, pois haverá uma compressão nos gastos sociais.

Não tenham dúvidas de que, para isso ocorrer, será o descabimento de mudar a Previdência Social sem um amplo debate com a sociedade e virá a afronta no programa de valorização do salário mínimo.

O Ministério Público haverá, ainda, de se debruçar sobre essas questões, a fim de verificar a inconstitucionalidade desta matéria.

O parlamento brasileiro ficará agachado a partir do momento em que se estabelece um limite imutável. E aquilo que, hoje, é cerca de 20% do PIB brasileiro corresponde a um gasto social dos menores nas economias mais desenvolvidas do mundo. Daqui a 10 anos, em 2026, certamente o gasto público será de 16%. E, daqui a 20 anos, poderá ocorrer o estabelecimento em 12% do gasto público social.

Ora, despesa primária não deve ser considerada neste quesito como algo que deva ter supremacia sob o interesse da sociedade brasileira.

A distribuição de renda deveria ser, acima de tudo, a pedra de toque da preocupação com a qualidade do gasto primário neste País, principalmente porque cabe, ao Estado, manejar a política anticíclica, pois o regime fiscal brasileiro promove, em cada ciclo econômico, quando há crescimento ou decrescimento da sua economia, o recrudescimento dessa situação.

Portanto, impor tal medida é brincar com o senso comum dos brasileiros. Esta PEC está eivada de ignorância, eivada de vícios.

Mas, acima de tudo, a essência de um Estado liberal e a essência de um governo ilegítimo cairão sobre a cabeça da maior parte do povo brasileiro que ascendeu a alguns degraus do ponto de vista das conquistas sociais que são negadas ao povo do nosso País há séculos.

Portanto, haveremos de tratar desta matéria várias vezes ao aprofundar algumas questões que são tocadas, marginalmente, pela exposição de motivos da PEC nº 241, hoje PEC nº 55, que tramita Senado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Grande Expediente.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, antes de encaminhar a minha questão de ordem, quero dizer da alegria de ter participado do ato da nomeação do ex-governador Jaques Wagner para a coordenação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Sem dúvida, o ex-governador Jaques Wagner prestará um serviço no sentido de consolidar a cultura do planejamento participativo ao nosso governo Rui Costa. O processo foi iniciado, ainda, na primeira gestão de Wagner e ampliado nos governos seguintes. Agora, com o conselho, Wagner cumprirá a tarefa de ouvir a sociedade regional e articular as políticas públicas através de uma intervenção no interior do Estado sob a tutela das Secretarias de Desenvolvimento Rural; Planejamento; e Infraestrutura. Enfim, são essas as secretarias que têm obras e ações nos municípios.

E, com isso, nós vamos ampliar a participação popular em todos os territórios – que é a ideia central do governador Rui Costa – com a presença de Wagner. Além, evidentemente, da característica que tornou Wagner conhecido nacionalmente, que é a de ser um mediador, um homem do diálogo, do debate, de ouvir e de ponderar. E, sobretudo, é uma liderança reconhecida em vários segmentos sociais: na área empresarial, na área da militância política, dos movimentos sociais; e também dos prefeitos e vereadores dos diversos partidos.

Por isso, tenho a absoluta convicção de que o governador Rui Costa marcou um tento com essa nomeação do ex-ministro e ex-governador Jaques Wagner. Naturalmente, todos nós – os nossos mandatos, o meu, os dos outros membros da Bancada do PT e dos demais partidos da base aliada – colaboraremos e ajudaremos, contribuindo para que esse modo participativo e democrático se consolide neste primeiro mandato do governador Rui Costa.

Finalmente, Sr. Presidente, farei a questão de ordem. Solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da sessão. Tentamos um acordo para que todos falassem, mas não houve. Por isso, a nossa Bancada encaminhar uma questão de ordem para a continuidade da sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Cederei a minha questão de ordem ao deputado Targino Machado. Após o deputado Targino Machado, farei a minha. É só uma inversão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Exª será atendido.

Com a palavra o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, teremos tempo. A minha questão de ordem deve-se a dois assuntos. Inicialmente, não contraditarei a questão de ordem do ilustre deputado Zé Raimundo. Primeiro, quero levantar uma preliminar. V.Exª, enquanto presidente, acabou de indicar o partido do Grande Expediente, que seria do Bloco PP/PCdoB. Iniciado o Grande Expediente, a questão de ordem veio em seguida, feita pelo ilustre deputado Zé Raimundo. Já havia anunciado...

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- O PT já perdeu. Se V.Exª não...

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente. Não havia esgotado o tempo. Ainda não estávamos às 15h30min.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Responderei ao deputado Targino depois de ele formular a questão de ordem.

O Sr. Zé Raimundo:- (...) havia inscrito no Pequeno Expediente.

O Sr. Targino Machado:- Com a devida vênia, Sr. Presidente. Regimentalista que sou, não posso aceitar aparte em questão de ordem. E a questão de ordem eu não posso dirigir a nenhum dos Srs. Deputados. Eu só posso dirigir a questão de ordem ao Exmº Presidente da sessão.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Targino Machado:- A questão de ordem é para que, primeiro, V.Exª decida em relação ao que solicitei na preliminar. Em seguida, produzirei o restante da questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Eu indefiro o pedido de V.Exª, porque eu anunciei o Grande Expediente e imediatamente o deputado Zé Raimundo pediu a questão de ordem, sem que eu anunciasse o partido ou o bloco que seria beneficiado com o Grande Expediente. De modo que isso já aconteceu com o PMDB e o tempo foi mantido para a sessão seguinte. Por isso, indefiro a questão de ordem de V.Exª.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, só para...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, só para agradecer a V.Exª. A questão de ordem é minha. Eu gostaria que V.Exª pedisse calma ao ilustre deputado e preparado professor Zé Raimundo...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Ele ouvirá o restante da sua questão de ordem com atenção.

O Sr. Targino Machado:- Continuando na minha questão de ordem. Já que V.Exª decidiu, devo dizer que não concordo com a sua decisão, pois o errado, o malfeito não cria jurisprudência. O certo é o seguinte: aqui não se indica o partido, se indica Grande Expediente, e no Grande Expediente precisa estar inscrito o nome do orador indicado pelo partido.

Muitos dos deputados que me ouvem sequer sabiam que hoje seria o tempo do PP e PCdoB. Se o PP e PCdoB queriam poupar, preservar o seu tempo, Sr. Presidente,

precisariam ter pedido a verificação de quórum antes que V.Ex^a, na condução dos trabalhos, indicasse o início do horário do Grande Expediente.

Infelizmente o jurisconsulto Dr. Carlos Machado, que conhece o Regimento de trás para frente, de frente para trás, justamente por isso é capaz de produzir pareceres desse tipo. Com a devida vênia, meu caro e ilustre técnico, amigo, Dr. Carlos Machado, gostaria que V.Ex^a reformulasse esse parecer porque a pena de V.Ex^a não serve para produzir pareceres desse tipo. V.Ex^a está enganado, e só quem não se engana numa opinião é quem nunca emite uma. Está escrito para uma questão de ordem o deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concluindo a sua questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Quero concluir solicitando a V.Ex^a que zere o painel, abra os 15 minutos para permitir, inclusive, que o nobre deputado Adolfo Viana, que já está inscrito para uma questão de ordem, possa falar, nos dar o prazer de ouvir essa voz maviosa que tanto tem prestado à defesa dos interesses da Bahia e dos baianos; e que V.Ex^a convoque todos os Srs. Deputados presentes em quaisquer ambientes deste Palácio Luís Eduardo Magalhães para que compareçam a este Plenário, pois existe uma questão de ordem para continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado.

Aberto o tempo de 15 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Concederei dentro dos 15 minutos.

V.Ex^a pediu uma questão de ordem, o deputado Targino Machado em seguida. Agora abrem-se os 15 minutos. Darei para o deputado Adolfo Viana e a V.Ex^a. Portanto, são os três que usarão o tempo.

Deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao deputado Zé Raimundo para que retire a sua questão de ordem. As terças-feiras, neste parlamento, são os dias em que mais acontecem os debates que ajudam o nosso Estado a avançar e a se desenvolver.

Imaginem V.Ex^{as} que agora o Partido dos Trabalhadores, através do deputado Zé Raimundo, deseja utilizar apenas o Pequeno Expediente, justamente o expediente em que não pode haver intervenções e que as discussões não podem ser amadurecidas por completo.

Eu não consigo entender o que leva o Partido dos Trabalhadores a aceitar que a sessão se estenda através do Pequeno Expediente, e não aceitar que ela se estenda através dos horários das representações partidárias.

Isso dá uma demonstração clara de que o Partido dos Trabalhadores hoje prefere evitar o debate no campo das ideias. Eu compreendo que este palco é justamente o lugar onde devemos debater, para que possamos avançar nas opiniões. Se esta é a Casa do contraditório, é justamente no Horário das Representações

Partidárias que o contraditório pode ser exercido. No Pequeno Expediente os parlamentares expõem suas opiniões sem se darem a oportunidade de ouvir o contraditório.

E aí chega o deputado Zé Neto, Líder do Governo nesta Casa, a quem aproveito também para questionar. O que acontece hoje com o Partido dos Trabalhadores, que não aceita que a sessão se estenda pelo Horário das Representações Partidárias.

Eu, por exemplo, deputado Zé Neto, tenho aqui um projeto que trago comigo para ler da tribuna e ouvir o contraditório ou o apoio dos parlamentares da Base do Governo, mas, infelizmente, a Bancada liderada por V.Ex^a impede que a sessão nesta Casa possa prosseguir. Aí, a população se queixa da baixa produtividade do Poder Legislativo, e não está errada, justamente porque a Bancada do Partido dos Trabalhadores impossibilita que esta Casa possa produzir.

Eu, realmente, deputado Targino, fico a me perguntar por que numa terça-feira, justamente o dia que é já, praticamente, consagrado pelas duas bancadas como o dia em que se estabelecem as maiores discussões neste Parlamento, a Bancada do Partido dos Trabalhadores resolve encerrar completamente a sessão.

Eu faço um apelo ao deputado professor Zé Raimundo, que julgo um dos deputados mais atuantes que este Parlamento tem, que hoje toma uma atitude que vai de encontro ao seu comportamento aqui dentro. Eu tenho aqui, professor Zé Raimundo, um projeto, de minha autoria, de nº 21.903/2016, que dispõe sobre a utilização de passagens e prêmios de milhagens aéreas advindas de recursos públicos do Estado da Bahia. Um projeto que irá fomentar o esporte amador em nosso Estado, e eu, sinceramente, gostaria de ter a oportunidade de levá-lo à tribuna, apresentá-lo a esta Casa e, se possível, inclusive ouvir a opinião de V.Ex^a.

Mas, infelizmente – para concluir, Sr. Presidente –, V.Ex^a hoje insiste em finalizar esta sessão. Logo no momento, Sr. Presidente, em que temos aqui tantos estudantes que gostariam, justamente, de ter a oportunidade de ver este Parlamento funcionar.

É lamentável a postura do Partido dos Trabalhadores na tarde desta terça-feira.

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- OK, deputado.

Programa a Escola e o Legislativo.

Informamos a visita de estudantes do Colégio Estadual Mário Augusto Teixeira de Freitas, de Nazaré. Sejam bem-vindos à Casa do Povo. (Palmas)

Questão de ordem do deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V.Ex^a pela preclara decisão, de forma regimental. O nobre deputado Targino Machado, quando afirmou que é regimentalista... Na verdade, Sr. Presidente, V.Ex^a já cumpriu o Regimento.

Eu apenas lembraria ao deputado Targino Machado que quando V.Ex^a chamou faltavam ainda 2 minutos para se esgotar o prazo do Pequeno Expediente, e eu estava inscrito no Pequeno Expediente. Logo, eu entendi que o nobre deputado Carlos

Geilson, de forma regimental, poderia ter ido até as 15h30min, mas antecipou, sem prejuízos. Então, gostaria de parabenizá-lo.

Sabemos que o deputado Targino Machado conhece o Regimento. Na verdade, ele está com um argumento retórico, porque ele sabe que V.Ex^a está repleto de base legal.

E quero dizer ao nobre Adolfo Viana que o debate será feito amanhã, quando teremos 3 projetos. Na terça-feira é nossa tradição se votar projetos, mas, em função de agenda externa de muitos deputados, marcamos para amanhã a votação de 3 projetos importantes. Portanto, teremos durante toda a tarde de amanhã um amplo debate e o horário necessário para dialogarmos e cada um colocar seu ponto de vista.

Parabenizo os estudantes pela presença. Que isto aqui sirva como um momento de aprendizado. Eu, como professor de Ciências Humanas, Sociologia e História, acho que é sempre importante ver a juventude observando as nossas instituições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O deputado José de Arimatéia pediu questão de ordem, mas está inscrito o deputado Targino Machado, a não ser que o deputado Targino abra mão dessa questão de ordem. (Pausa) V.Ex^a não abre mão.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, sem retórica, sem proselitismo, de forma direta, eu quero dizer que o Regimento da Casa contempla o meu pensamento. Terei oportunidade de demonstrar isso ao nobre professor José Raimundo, ilustre deputado com assento nesta Casa, o que nos honra muito, mas acho que não é na questão de ordem que eu devo fazer isso.

Agora, quero discordar do deputado Zé Raimundo quando dá parabéns e boas-vindas aos jovens presentes às Galerias. Na verdade, é um desrespeito que ele está cometendo com esses jovens ao derrubar uma sessão. Eles vieram para cá para assistir a uma sessão, e preciso dizer a todos de forma incisiva que estamos jogando dinheiro fora. Esta Casa não quer trabalhar. O Poder Legislativo vai custar ao Estado da Bahia meio bilhão de reais. Pouco mais de meio bilhão de reais é o orçamento deste ano, e para quê? Para fazer o quê? Produzimos o quê? Isto virou casa de prima, isto virou casa de comadre, isto virou casa de compadre, casa de noca, ninguém quer trabalhar.

A Casa está cheia de projetos que têm a contribuir, a ajudar os segmentos todos da população, e aqui o chá que se toma e que se dá aos projetos é o chá de gaveta. A Comissão de Constituição e Justiça, para funcionar depois de 6 meses, eu precisei vir aqui para protestar dessa tribuna e deste assento por várias vezes.

Então, o que precisamos tomar é vergonha na cara e trabalhar, precisamos saber que não estamos aqui para aprofundar a crise que existe no coração e na alma de cada cidadão, que já não acredita nos políticos e que não acredita na política, e que não acredita na Justiça e que não acredita nos governos! Como é que o baiano vai entender que a Assembleia Legislativa da Bahia, que custa mais de meio bilhão por ano, não trabalha, não aprova nada? Eu poderia trazer aqui dezenas de projetos importantes de deputados de todas as Bancadas e de todos os matizes partidários, mas

que não se aprovam porque esta Casa insiste na preguiça, na leniência, na tolerância com o malfeito.

A Sr. Fátima Nunes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Targino Machado:- Lamento profundamente, Sr. Presidente, lamento profundamente, que se indique na Bahia alguém que está sendo investigado para ocupar um cargo público. E lamento profundamente, Sr. Presidente, que os jurisdicionados já não acreditem no Poder Judiciário. Vemos hoje, infelizmente, 2 ex-presidentes do Tribunal de Justiça da Bahia sendo julgados no Conselho Nacional de Justiça justo por terem cometido malfeitos no caso dos precatórios.

Ora, Sr. Presidente, qual é o último caminho recursal? Só o bispo, o arcebispo, o papa ou Deus, porque, infelizmente, o povo brasileiro não pode acreditar nos políticos, o povo brasileiro já não pode acreditar na Justiça, e vai acreditar em quem? Na bala? Será que é preciso a violência para garantir direitos? Será que nesta Bahia precisamos pedir por favor o que é direito? É direito do povo da Bahia ter esta Casa funcionando todos os dias e aprovando projetos! Afinal de contas os funcionários e os operários todos, aí fora, estão trabalhando, batendo ponto; e esta Casa não quer funcionar! E justo o PT, o partido do governo, vem, do alto da sua desfaçatez, dizer que hoje os deputados têm agenda fora. Agenda fora nada! A agenda precisa ser aqui, discutida sob os olhos e apreciação do povo da Bahia!

Eu encerro a pedido de V.Ex^a. Mas, se tempo eu tivesse, eu levaria mais de meia hora falando, porque a gente precisa expor as mazelas que aqui acontecem! A gente precisa mostrar a podridão do porão do Poder, dos Poderes! E o que eu queria falar justamente hoje, da tribuna, durante os 13 minutos, era sobre os Poderes da República e a podridão que está hospedada neles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pelo restante do tempo, o deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a minha questão de ordem é para lamentar também a questão de ordem do deputado e professor José Raimundo, por quem tenho o maior respeito.

Já que me resta somente 1 minuto, eu gostaria de registrar que nós tivemos, hoje, pela manhã, um encontro em alusão ao Novembro Azul e Novembro Negro, realizado no saguão da Assembleia Legislativa. Este foi um momento importante, no qual contamos com a presença de várias autoridades, conscientizando as pessoas a respeito da diabetes, da qual 12 milhões de brasileiros estão sendo vítimas, e do câncer de próstata, do qual 68 mil homens estão sendo vítimas. Também foram esclarecidos aspectos sobre a anemia falciforme, doença que mais acomete esta parcela da população no Estado da Bahia, em especial em Salvador, que tem 82% da população negra, na qual o índice da anemia falciforme é muito alto. Lembrando, Sr. Presidente, que, com essa questão de ordem do deputado José Raimundo, nós deixamos de discutir o Projeto de Lei nº 20.015/2012. Amanhã estaremos discutindo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Está encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.